

Movimentos sociais, (des)institucionalização e políticas públicas antecedentes, modos e agendas

— Curso de pós-graduação em Ciência Política —

1º semestre / 2025

Professor Responsável: Adrian Gurza Lavalle

Justificativa

A relação movimentos Sociais (MSs) e instituições políticas e governamentais é um tema central da literatura de movimentos sociais, mas tradicionalmente recebeu tratamento em registro analítico bastante restrito. As instituições políticas e suas instâncias de tomada de decisão, bem como os órgãos governamentais – “o Estado”, entendido no sentido amplo característico de seu uso no vocabulário político anglo-saxónico – figuram como alvo por excelência das estratégias e repertórios de ação dos MSs, ora diretamente porque os últimos contestam suas decisões ou demandam-lhe bens e serviços públicos (movimentos por moradia, ou pacifistas, por exemplo), ora indiretamente porque dele exigem que faça cumprir a lei a terceiros ou regule atores privados (movimento pelos direitos civis, movimentos ambientalistas, por exemplo). Nesse registro analítico restrito, MSs se desempenhariam basicamente como desafiantes (*challengers*) do *status quo*, como atores externo ao sistema (*outsiders*) lançando mão de meios extra-institucionais – por vezes, francamente contenciosos – para pressionar pela mudança social. Assim, em tintes negativos resta desenhada a silhueta do Estado, por definição associado ao *status quo* e à política institucional, hermética às demandas de mudança. Não apenas existe uma clara divisão entre MSs e Estado, como os polos são normativamente organizados, correspondendo ao primeiro um conjunto de potencialidades virtuosas e vice-versa. Nesse registro, as conexões entre ambos são pensadas de modo exógeno, tipicamente em termos da presença de *aliados* dentro do governo. Certamente, há tempo a literatura reconhece que a lógica de atuação dos MSs é dual e amiúde também se dirige à sociedade objetivando redefinir valores e hábitos (cultura), entretanto, o Estado é o outro componente dessa lógica dual e ele é direta ou indiretamente objeto privilegiado das estratégias dos movimentos. No curso foca-se o segundo componente.

A compreensão sintetizada acima acusa sérias deficiências, não apenas pelo entendimento do Estado como ator monolítico e dos movimentos como polo virtuoso do binômio, mas, sobretudo, pela incapacidade de iluminar a riqueza das interações entre MSs ou, de modo mais amplo, atores societários e o Estado, bem como seus efeitos recíprocos sobre as capacidades estatais e de mobilização dos atores sociais. A literatura internacional tem tematizado essas deficiências e o debate nacional tem inovado e avançado analiticamente, apontado as limitações no estado da arte e centrando as análises nas interações socioestatais. Parte da riqueza das interações

socioestatais, e esta é uma das teses centrais do debate nacional, é que elas produzem efeitos de *mútua constituição* que moldam as capacidades estatais e as capacidades de ação dos atores sociais. O curso atentará para tais efeitos e para a variação de modalidades de institucionalização. Os anos da pós-transição, no Brasil, foram pródigos na multiplicação de casos de construção socio-estatal de tais capacidades, estimulado deslocamentos relevantes na literatura. Porém, nos governos posteriores ao impeachment ocorreu uma reorientação drástica de prioridades políticas, redefinindo as relações entre o governo e os atores sociais. A desinstitucionalização de políticas colocou novos problemas e impulsionou novas fronteiras de diálogo entre os campos de pesquisa sobre políticas públicas e sobre sociedade civil e movimentos sociais. A mudança brusca de orientação nas políticas públicas não é, todavia, fenômeno exclusivamente nacional, a ascensão de governos de extrema direita no mundo colocou o fenômeno do desmantelamento na agenda do debate internacional. Como caracterizar a desinstitucionalização – ou desmantelamento, desmonte, destruição ou retração, para empregar conceitos e termos usuais no debate público e na literatura especializada – e equacionar se, para tanto, são preciso conceitos específicos ou basta lançar mão das proposições consolidadas sobre mudança de políticas (*policy change*)? Essas e outras questões correlatas tornaram-se, hoje, analiticamente relevantes na literatura nacional e internacional.

I. Objetivo Geral do Curso

A disciplina foca a atenção nas interações socio-estatais de ângulo analítico específico em que a produção científica nacional tem travado diálogo crítico e renovador com a literatura internacional, a saber, o ângulo da *institucionalização* e dos efeitos reciprocamente constitutivos dos processos de interação entre atores sociais e Estado. Processos históricos de interação socio-estatal podem levar a institucionalização de demandas, recursos de ação, instrumentos, campos de atuação e categorias simbólicas dos atores sociais no seio das instituições do Estado e, a um só tempo, ao desenvolvimento de capacidades nessas instituições para alcançar e lidar com populações específicas, para perceber determinadas demandas ou obter a cooperação de certos atores – por mencionar apenas alguns exemplos. Mudanças abruptas nesses processos também podem levar à *desinstitucionalização* que não é apenas um trabalho negativo marcado pelo prefixo “des” (“desmonte”, “destruição”, “desconstrução”, “desinstitucionalização”, “desconsolidação”, “desdemocratização”), mas traz consigo a institucionalização de outras demandas e relações privilegiadas com outros atores sociais. A adequada compreensão desses processos demanda correções cruciais em dois flancos: às lentes analíticas mais comuns e seus pressupostos weberianos ou funcionalistas sobre o Estado, de um lado, e aos pressupostos autonomistas sobre os atores sociais, de outro.

A disciplina objetiva familiarizar o aluno com o Estado da arte nesse esforço de revisão e com a trajetória da literatura mais relevante que – especialmente inscrita na tradição neo-institucionalista e sua interface com a literatura de MSs – informa o debate atual sobre a institucionalização e a desinstitucionalização. Para tanto, o programa trabalhara três eixos. Primeiro, os *antecedentes*, quer dizer, as contribuições seminais do debate neo-institucionalista, a começar pela restituição ao Estado da condição de ator e, posteriormente, pela reconceituação da agência do Estado, em sentido weberiano, como socialmente inserida (*socially embedded*), e, em sentido tocquevilliano, como contexto da organização de atores sociais. Em segundo lugar, os *desdobramentos* da perspectiva neo-institucionalista no campo da literatura de MSs e da sociedade civil, em particular no que diz respeito a seus repertórios de estratégias e interações em relação a/e com o Estado. Esse eixo abordará diversos problemas na fronteira do estado da arte na literatura de institucionalização e interações socioestatais que demandam reflexão e produção sistemática de conhecimento, bem como as agendas em curso que sobre eles estão se debruçando. O terceiro eixo tematizará os diagnósticos sobre as mudanças no Estado, nas políticas públicas e nos repertórios de atuação dos MSs no Brasil, atentando para simultaneamente para os problemas teóricos relativos à mudança institucional e a resiliência das políticas.

II. Dinâmica e Avaliação do Curso

A disciplina está voltada para a reflexão sobre abordagens e os diagnósticos empíricos por elas informados, e combina exposição de conteúdos a cargo do professor com discussão em sala de aula. A leitura cuidadosa dos textos é responsabilidade de todas e todos; a reflexão e participação discentes são indispensáveis para o bom andamento da disciplina e, por isso, serão estimuladas. Assim, cada aula as alunas e alunos deverão escrever uma reação ou resenha. As reações deverão ser entregues em no máximo uma página (limite máximo de até 500 palavras) e abordar a questão mais relevante que permite articular e sintetizar a leitura dos textos correspondentes, bem como formular suas principais dúvidas ou críticas. Existirá uma carga de leitura obrigatória de aproximadamente 70 páginas por aula. As leituras complementares permitem enriquecer a compreensão da questão em foco, bem como diversificar as posições possíveis diante dos problemas analisados. O programa indica, para cada aula, as leituras obrigatórias, enquanto as complementárias são indicadas em conjunto para cada uma das três partes da disciplina. Note-se: as leituras obrigatórias encontram-se elencadas na ordem sugerida de leitura e, quando pertinente, informações adicionais sobre as leituras são oferecidas.

A resenha deverá ser entregue até no máximo 24 hrs. antes da aula ao professor (até quarta-feira às 14h00), quem ponderará o conteúdo da exposição a partir da recepção dessas resenhas e do grau de domínio dos termos do debate por parte das

alunas e alunos. As resenhas deverão ser inseridas diretamente em documento no Google Docs abaixo do nome do aluno. O Google doc conterá a lista de discentes e ficará disponível a mais tardar na segunda-feira anterior à aula e será retirado do “ar” na quarta-feira às 14h00. Não serão aceitas resenhas enviadas por e-mail.

As resenhas ou reações semanais receberão peso quatro (4,5) na avaliação final. O professor pode recusar reações em que a ausência de leitura seja evidente (R=0). Se aceita, uma pode ser considerada como mínima (M=0,33), parcial (P=0,66) ou totalmente satisfatória (S=1), recebendo, segundo o caso, um terço, dois terços ou três terços do peso da reação correspondente na média final. A avaliação final considerará apenas 9 (nove) reações para a composição da média. A participação nas discussões em sala de aula receberá peso de um ponto (1,0) na avaliação final. A avaliação também contemplará a formulação de um trabalho – peso quatro e meio (4,5) – em que os alunos deverão examinar um caso de institucionalização/desinstitucionalização à luz dos problemas analisados ao longo do semestre. Os termos das resenhas serão informados na primeira aula e os do trabalho serão acordados oportunamente. Em suma: resenhas (9/11): 45 %; participação: 10%; trabalho final: 45%.

III. Programa e Roteiro de Leituras

Primeira Parte – Antecedentes: intuições e distinções fundamentais

1ª Aula (20/3) – Apresentação (e organização) do curso

(bem-vinda da RD aos ingressantes)

2ª Aula (27/3) – Devolvendo ao Estado o estatuto de ator

SKOCPOL, Theda. (1985). “Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research”. In: Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (Ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, **Chapter 1**, pp. 3-43.

EVANS, Peter; RUESCHEMEYER; Dietrich SKOCPOL, Theda. "On the Road toward a More Adequate Understanding of the State". In: Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (Ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. **Chapter 11**, pp. 347-366

SKOCPOL, Theda. (2008). “Bringing the State Back In: Retrospect and Prospect. The 2007 Johan Skytte Prize Lecture”. *Scandinavian Political Studies*, v. 31, n. 2, pp. 109-124.

3ª Aula (03/4) – A relação entre Estado e sociedade: capacidades e autonomia do Estado e *polity approach*

EVANS, Peter. (1995). *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press, **Chapter 1**, pp. 3-20.

SKOCPOL, Theda. (1992). *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*. Cambridge, MA: Harvard University Press, **Introduction**, pp. 1-62 (especialmente 41-62).

MANN, Michael. (2008). "Infrastructural Power Revisited". *Studies in Comparative International Development*, 2008, v. 43, pp. 355-365.

Leituras complementares da Primeira Parte

AMENTA, Edwin, "State-Centered and Political Institutional Theories in Political Sociology: Retrospect and Prospect." In: *The Handbook of Political Sociology*, eds. Robert Alford, Alexander Hicks, Thomas Janoski, and Mildred A. Schwartz. New York: Cambridge University Press, 2005, Chapter 4.

*EVANS, Peter. (2004 [1995]). *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro, UFRJ, **Capítulo 1**.

LINDVALL, Johannes; TEORELL, Jan. (2017) *State Capacity as Power: A Conceptual Framework*. 2017. Disponível em:

https://projects.iq.harvard.edu/files/pegroup/files/lindvallteorell2017_updated.pdf

MANN, Michael. (1984). "The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results". *Archives Européenne de Sociologie*, v. 25, **pp. 185-213**.

MANN, Michael. (SD [1984]) "El poder autónomo del Estado: sus orígenes, mecanismos y resultados". In *Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas*. SL, SE.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power: The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914*. v. 2. New York: Cambridge University Press, 1993.

Migdal, Joel S. *State-in-Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute One Another*. New York: Cambridge University Press, 2001.

NETTL, J. P. "The State as a Conceptual Variable". *World Politics*, 1968, v. 20, n. 4, pp. 559-592.

SKOCPOL, Theda & FINEGOLD, Kenneth. "State Capacity and Economic Intervention in the Early New Deal" *Political Science Quarterly*, Vol. 97, No. 2 (Summer, 1982), pp. 255-278

SKOCPOL, Theda; CROWLEY, J. E. "The Rush to Organize: Explaining Associational Formation in the United States, 1860s-1920s". *American Journal of Political Science*, 2001, v. 45, n. 4, pp. 813-829.

SKOCPOL, Theda (1995 [1985?]). "El Estado regresa al primer plano: Estrategias de análisis en la investigación actual: Estrategias de análisis en la investigación actual". In: Grompone, Romeo (editor), Adrianzén, Alberto; Cotler, Julio; López, Sinesio (Compiladores). *Instituciones políticas y sociedad. Lecturas introductorias*. IEP, Lima, 1995. pp. 92-129.

STEPAN, Alfred. (1985). "State Power and the Strength of Civil Society in the Southern Cone of Latin America". In: Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (Ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, **Chapter 10**, pp. 317-343

Segunda Parte – Desdobramentos: instituições, repertórios, institucionalização...

4ª Aula (10/4) – Efeitos das instituições sobre os movimentos e as associações

- DIANI, Mario.(1992). “The concept of social movement”. *Sociological Review*, Keele, UK, n. 40
- AMENTA, Edwin, CAREN, N., FETNER, T., & YOUNG, M. P. (2002). “Challengers and States: Toward a Political Sociology of Social Movements”. In *Sociological Views on Political Participation in the 21st Century*, 2002, v. 10, pp.47-83.
- SKOCPOL, Theda; CROWLEY, J. E. (2001). “The Rush to Organize: Explaining Associational Formation in the United States, 1860s-1920s”. *American Journal of Political Science*, v. 45, n. 4, pp. 813-829.

5ª Aula (24/4) – Efeitos dos movimentos sobre a política e as políticas públicas

- BOSI, L, GIUGNI, M. and UBA. (2016). “The Consequences of Social Movements: Taking Stock and Looking Forward” in Lorenzo Bosi, Marco Giugni and Katrin Uba (eds.) *The Consequences of Social Movements: Policies, People and Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-38.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. . Consequências de movimentos sociais nas políticas públicas: um estudo comparativo nas áreas de direitos humanos, criança e adolescente e de saúde. In: Euzeneia Carlos; Monika Dowbor; Maria do Carmo Albuquerque. (Org.). Consequências de movimentos sociais nas políticas públicas no Brasil: diversidade teórica e de casos. 1ed.Vitória: EDUFES, 2024, p. 22-49.
- LONGA, F..(2025). Las Consecuencias Políticas de los Movimientos Sociales de Argentina: la Ley Micaela y la Ley de Barrios Populares. *Dados*, 68(2), e20230182.
<https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.2.371>

6ª Aula (15/5) – Mútua constituição e institucionalização

- GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E (Org.); DOWBOR, M. (Org.) ; SZWAKO, J. (Org.) . Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. 1. ed. Rio de Janeiro: IESP/EduERJ/CEM, 2019. Abertura, pp. 21-86.
<https://doi.org/10.7476/9788575114797>
- SANCHEZ, Beatriz; RODRIGUES Fernando; BRAGA, Victoria (2023). “Falando de institucionalização e movimentos sociais: usos, vantagens e limites da abordagem de encaixes institucionais e domínios de agência”, entrevista concedidas por Adrian Gurza Lavalley, Euzeneia Carlos, José Szwako e Monika Dowbor. *Revista Política e Sociedade*, no 52. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2022.e89703>

7ª Aula (29/5) – Outras formas de atravessar as fronteiras entre Estado e sociedade civil: repertórios, interações, intersecções

- BANASZAK, Lee A. (2005). “Inside and Outside the State: Movement Insider Status, Tactics, and Public Policy Achievements”. In: Meyer, David et al. (Ed.) *Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005, pp. 149-176.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Liza; TATAGIBA, Luciana. “Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula”. *Dados*, 2014, v. 57, n. 2, pp. 325-357. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>
- CLEMENS, Elizabeth. (1993). “Organizational Repertoires and Institutional Change: Women’s Groups and the Transformation of US Politics, 1890-1920”. *American Journal of Sociology*, 1993, v. 98, n. 4. [versão em português: CLEMENS, E. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3 (jan-julho), 2010, pp. 161-218.]

8ª Aula (05/6) – Tipos de institucionalização e seus outros agentes

SZWAKO J.; GURZA LAVALLE, A. (2019). “‘Seeing Like a Social Movement’: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas”. *Novos Estudos*. CEBRAP, v. 38, pp. 411-434. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020009>

GURZA LAVALLE, A. e SZWAKO J. “Afimial, o que se institucionaliza? Tipos de encaixes e movimentos sociais na América Latina”. Versão preliminar de capítulo de livro organizado por Gurza Lavalle, A.; Dobor, M.; Szwako, J; Calos, E. (livro ainda à procura de título...)

ABERS, Rebecca Neaera. “Ação Criativa, Ativismo e Lutas no Interior do Estado”. In: Rebecca Neaera Abers. (Org.). *Ativismo Institucional: Criatividade e Luta na Burocracia Brasileira*. 1ed. Brasília: Editora UnB, 2021, v. 1, p. 17-54. <https://doi.org/10.7476/9786558461593>

Leituras complementares da Segunda Parte

ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. *Practical Authority: Agency and Institutional Change in Brazilian Water Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2013. [há versão em português]

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. (2011). “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, n. 28, pp. 52-84. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>

ABERS, R. N., SILVA, M. K., & TATAGIBA, L. (2018). “Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas”. *Lua Nova*, São Paulo, N.105, pp. 15-46.

ALONSO, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (Lua Nova, 2009 (76)), 49–86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>

AMENTA, Edwin et al. “Age for Leisure? Political Mediation and the Impact of the Pension Movement on US Old Age Policy”. *American Sociological Review*, 2005, v. 70, pp.516-538.

AMENTA, Edwin et al. “The Political Consequences of Social Movements”. *Annual Review of Sociology*, 2010, v. 36, pp. 287-307.

ARANTES, Rogério B.; MOREIRA, Thiago M. Q. . Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. *Opinião Pública*, v. 25, p. 97-135, 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925197>

BOSI, L.; GIUGNI, M.; UBA, K. 2016. *The Consequences of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

GIUGNI, M. (1998). “Was it worth the effort? The outcomes and consequences of social movements”. *Annual Review of Sociology*, pp. 371-393.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. 2021. “Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas nos setores de direitos humanos, criança e adolescente e saúde”. *Cadernos CRH*. Salvador: UFBA. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>

CARLOS, E.. (2021). Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Consequências na Política Nacional de Direitos Humanos. *Dados*, 64(Dados, 2021 64(4)), e20190305. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.248>

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do C. (2017). “Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas”. *Civitas*, v. 17, n. 2, pp. 360-378. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>

- CLEMENS, Elizabeth. *The People's Lobby. Organizational Innovation and the Rise of Interest Group Politics in the United States, 1890-1925*. Chicago: Chicago University Press, 1997
- CLEMENS, Elizabeth. "Two Kinds of Stuff: The Current Encounter of Social Movements and Organizations". In: Davis, Gerald et al. (Ed.) *Social Movements and Organization Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp.351-365.
- GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. 1999. *How Social Movements Matter*. Minneapolis, London: Minnesota Press.
- GOLDSTONE, Jack. "Bridging Institutionalized and Noninstitutionalized Politics". In: *States, Parties, and Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GURZA LAVALLE, A. SZWAKO J.; (2023). "Social Movements and Modes of Institutionalization". In: Rossi. (Org.). *Oxford Handbook of Latin American Social Movements*. 1 ed. London: Oxford, 2022, v. 1, p. 802-817.
- GURZA LAVALLE, Adrian; ACHARYA, Arnab; HOUTZAGER, Peter. "Beyond comparative anecdotalism: lessons on civil society and participation from São Paulo, Brazil". *World Development*, 2005, v. 33, n. 6, pp. 951-964.
- JESSOP, Bob. *The State and Power*. In: Stewart R. Clegg and Mark Haugaard (Eds). *The SAGE Handbook of Power*. 2009, pp. 367-382.
- KING, B. G.; CORNWALL, M.; DAHLIN, E. 2005. "Winning Woman Suffrage One Step at a Time: Social Movements and the Logic of the Legislative Process." *Social Forces*, 83(3): 1211–1234.
- ROOTES, C.; NULMAN, E. 2015. "The impacts of environmental movements". In Donatella Della Porta; Mario Diani (Eds). *The Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford Press, p. 729-742.
- SCHNEIBERG, M., & LOUNSBURY, M. (2008). "Social Movements and Institutional Analysis". In R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby, & K. Sahlin-Andersson (Eds.), *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 648–670).
- BANASZAK, L. A. 2010. *The Women's Movement Inside and Outside the State*. Cambridge University Press.

Terceira parte – Desinstitucionalização, resiliência e mudança de políticas

9ª Aula (12/6) – Regra ou exceção: *policy change, dismantling, retrenchment*

- STARKE, Peter. (2006). "The politics of welfare state retrenchment: A literature review". *Social policy & administration* 40 (1), pp. 104-120
- BAUER, Michael W., and KNILL, Christoph. (2012). "Understanding Policy Dismantling: An Analytical Framework", in M. W. Bauer; A. Jordan; C. Green-Pedersen e A. Héritier (eds), *Dismantling Public Policy: Preferences, strategies, and effects*, Oxford: Oxford University Press, PP. 30–51.
- GOMIDE, A. A.; SILVA, M. G. M. S. E. ; LEOPOLDI, M. A. P. Políticas Públicas Em Contexto De Retrocesso Democrático e Populismo Reacionário: Desmontes e Reconfigurações. In GOMIDE, A. A.; SILVA, M. G. M. S. E. (Org.) ; LEOPOLDI, M. A. P. (Org.). Desmonte e

reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). 1. ed. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. v. 1. 56.4 Cap 1 (pp. 13-44)

10ª Aula (19/6) – O ciclo da esquerda, pluripartidarismo e os atores sociais

BEZERRA, Carla. (2020). *Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT*. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, *Capítulo 1*.
<https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-05112020-200447>

MARQUES, Eduardo. (2021). “Continuity and Change of Urban Policies in São Paulo: Resilience, Latency, and Reanimation”. *Urban Affairs Review*, v. 1, pp. **107808742110438**.

GOMES, S.; MOURA, J. T. V.; SILVA, J. A. “A interação entre movimentos sociais e configuração institucional de arenas decisórias na formação da agenda governamental: o caso do Plano Juventude Viva”. In: Euzeneia Carlos; Monika Dowbor; Maria do Carmo Albuquerque. (Org.). *Consequências de movimentos sociais nas políticas públicas no Brasil: diversidade teórica e de casos*. 1ed.Vitória: EDUFES, 2024, v. , p. 229-

11ª Aula (3/7) – Desmantelamento e institucionalização

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela.; OLIVEIRA, Vanessa. (Orgs). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília, DF: Ipea/Enap. 2018.

MARTELLI, Carla Giani; ALMEIDA, Carla; COELHO, RONY. . Mudanças recentes nos papéis das Instituições Participativas nas Políticas Públicas. In: Luciana Tatagiba; Debora Rezende de Almeida; Adrian Gurza Lavalle; Marcelo Kunrath Silva. (Org.). *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências*. 1ed.Porto Alegre: Zouk, 2022, v. 1, p. 1-462

ALMEIDA, Carla; MARTELLI, CARLA GIANI; COELHO, RONY (2021). “Os papéis das instituições participativas na estruturação das políticas públicas no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, pp. **1-36**. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.244194>

12ª Aula (10/7) – Institucionalização, desinstitucionalização, resiliência

BEZERRA C de P, ALMEIDA D.R. de, GURZA LAVALLE, A.; DOWBOR M. Entre a Desinstitucionalização e a Resiliência: Participação Institucional no Governo Bolsonaro. *Dados* 2024;67(4):e20220118. <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.339>

ALMEIDA, D. R. (2020). Resiliência institucional: para onde vai a participação nos Conselhos Nacionais de Saúde e dos Direitos da Mulher? *Caderno CRH (Online)*, v. 33, pp. **1-24**.
<https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33281>

Mello, Janine. “condicionantes institucionais do desmonte e da resiliência de políticas públicas no brasil”. In GOMIDE, A. A.; SILVA, M. G. M. S. E. (Org.) ; LEOPOLDI, M. A. P. (Org.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. 1. ed. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. v. 1. 56.4 Cap 14 (pp. 411-442)

Leituras complementares da Terceira Parte

ABERS, Rebecca. Bureaucratic “Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State”. *Latin American Politics and Society*, 61, 2, 2019, p. 21-44.

- BICHR, Renata; BRETTAS, Gabriela; CANATO, Pamela. "Multi-level Governance in Federal Contexts: The Social Assistance Policy in the City of São Paulo". *Brazilian Political Science Review*, 2017, v. 11, n. 2, e0003. Epub July 27.
- BRINKS, D., LEVITSKY, S. & MURILLO, M.V. (2019). *Understanding institutional weakness - Power and Design in Latin American Institutions*. Cambridge Core - Latin American Government, Politics, pp. 1-55.
- CARLOS, Euzeneia. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- CASTRO, Camila. P.; SERAFIM, L.; TRINDADE, T. A. (2022). "Desmantelamento, encaixes institucionais e repertórios de interação nos subsistemas de políticas de reforma urbana e reforma agrária no contexto brasileiro pós-2016". In: Tatagiba, Luciana; Almeida, Debora Rezende; Gurza Lavalle, Adrian; Silva, Marcelo Kunrath. (Org.). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. 1ed. Porto Alegre: ZOUK, pp. 87-108.
- DOWBOR, Monika. (2019). "Escapando das incertezas do jogo eleitoral: a construção de encaixes e domínio de agência do movimento municipalista de saúde." In: Adrian Gurza Lavalle; Euzeneia Carlos; Monika Dowbor; José Szwako. (Org.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. 1ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, pp. 89-118.
- GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. A construção política das sociedades civis". In: Gurza Lavalle, Adrian (Ed.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: EdUnesp/Cebrap/CEM, 2012, pp. 185-259.
- GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. "Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate". *Opinião Pública*, 2015, v. 21, n. 1, pp. 157-187. <https://doi.org/10.1590/1807-0191211157>
- GUTIERRES, Kellen A. *Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.
- MAHONEY, J., & THELEN, K. (2010). "A Gradual Theory of Institutional Change". In J. Mahoney, & K. Thelen (Eds.), *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-37.
- SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson. "A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do Movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul". *Sociologias*, 2011, ano 13, n. 28, pp. 86-124.
- SZWAKO, José. "Incorporação estatal e reprodução institucional: ou como observar os efeitos institucionais da ação coletiva". In: Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), 31., 2013, Washington, DC. 2013.
- TATAGIBA, Luciana; BLIKSTAD, Karin. "Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo". *Lua Nova*, 2011, n. 84, pp. 175-217.

IV. Feriados e recessos administrativos

17/4 - Paixão de Cristo: sexta-feira (abril 14 a 19 Semana Santa. Não haverá aula)

01/5 - Dia do Trabalho: quinta-feira (não haverá aula)

08/5 - PDPP (maio 6 a 9 encontro Internacional Participação, Democracia e PPs)

22/5 - LASA (maio 23 a 26 congresso Latin American Studies Association)

19/6 - Corpus Christi: quinta-feira (não haverá aula)